

Histórias de vida às margens do rio Paraná

Eduardo Romero de Oliveira*

Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar alguns resultados da pesquisa histórica sobre o povoamento das margens do Rio Paraná no século XX. A pesquisa foi baseada essencialmente na coleta de histórias de vida dos moradores de 16 municípios às margens do Rio Paraná (tanto aqueles da margem do Estado de São Paulo quanto do Mato Grosso do Sul), em meados de 2006. Sua iniciativa foi decorrente dos trabalhos de resgate da memória das comunidades ribeirinhas, em função do impacto do enchimento do lago da Usina Sérgio Motta. Foram selecionadas de 10 a 30 pessoas de cada município (enquanto um número percentual em relação ao número de habitantes e de família afetadas em cada município pela construção da Usina). Priorizou-se a entrevista com antigos moradores, líderes de comunidade, trabalhadores na construção da usina (“barrageiros”) e reassentados (resultantes do enchimento do lago da usina). As entrevistas permitiram recolher depoimentos, primeiramente, sobre as condições humanas de ocupação da população ribeirinha e suas diversas relações com o ambiente natural. Em segundo lugar, obtivemos detalhes sobre aspectos da vida cotidiana. Por terceiro, recolhemos relatos sobre práticas de trabalho rural e ofícios. E por quarto, os depoimentos sobre as alterações decorrente do enchimento do lago da usina.

* Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista – Unesp / *campus* de Rosana. A pesquisa foi desenvolvida em parceria com a Fundação Patrimônio de Energia e Saneamento, que foi a responsável pela implantação do Museu Comunitário. Todo o projeto de implantação foi financiado pela CESP. Atualmente, o projeto tem continuidade, com financiamento da Fapesp, e estamos detalhando o patrimônio cultural na região, particularmente o patrimônio industrial.

Foram entrevistadas 204 pessoas nestes dezesseis municípios, que nos forneceram também uma documentação diversa sobre a comunidade (fotos, livretos, manuscritos). Um trabalho de pesquisa com técnicas de história oral que permitiu recolher alguns aspectos das comunidades, do ambiente natural e da memória do enchimento. A análise mais detalhada do material está para ser feita, mas um panorama geral do que foi obtido será exposto aqui.

Memória e História

De início, cabem algumas considerações teórico-metodológicas que orientaram nossos trabalhos de pesquisa e primeiras considerações. É senso corrente entre historiadores que as discussões sobre memória têm uma referência essencial nos trabalhos de Halbwachs. Sua obra é entendida dentro da vertente da sociologia francesa e Emile Durkheim, em que o social tem precedência sobre o espírito. Para Halbwachs, a oposição entre o espírito e os fatos sociais tem seu equivalente na dualidade entre memória pessoal e memória coletiva.¹ As impressões pessoais apóiam-se na memória coletiva para atingir o ponto de vista do grupo, criando uma “consciência do grupo”. Constitui-se assim um vínculo do indivíduo para o grupo, e um liame vivo de geração para geração. Halbwachs fará também uma distinção entre a memória coletiva e a história: a história é a “compilação dos fatos”, de forma esquematizada e compondo um “quadro total”; a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínua, coexistente com outras memórias coletivas.

Essa dualidade memória/história acabou se tornando um viés principal da conceituação de memória. A oposição memória/história foi reafirmada por Duby, assinalando que a memória é uma construção social, e enquanto tal, uma operação ideológica. Recorrendo à definição althusseriana de ideologia, Duby defende que todo testemunho (textual, visual) é resultante de uma representação parcial, deformada e comprometida com um grupo social; produzida dentro de

¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990. p. 55.

sistemas ideológicos, enquanto a história é a forma de conhecimento e operação cognitiva que tem a memória como seu objeto.² Le Goff, no texto “Documento/Monumento” distingue entre “a memória coletiva e a sua forma científica, a história”.³ A memória aparece, em Le Goff, como intrinsecamente vinculada à matéria do documento, valorizada através de obras ou edificações instituídas como patrimônio cultural; enquanto a história encontra no documento seu sentido de ser. Daí a dualidade memória/história apresenta-se como uma condicionante produtiva. Nesta mesma linha de argumentação, Pierre Nora analisa os “lugares da memória”.⁴ Estes não são mais “espontâneos” – porque vinculados à manutenção dos valores da sociedade e da ideologia – mas uma necessidade da história (museus, arquivos, coleções, monumentos). A história constitui-se pela dissolução crítica da memória, mas também demanda, explica, mantém os lugares depositários de memória. Como bem observa Nora, essa “obsessão pelos lugares da memória” é marca singular da sociedade contemporânea e do conhecimento histórico.

Esta discussão sobre a memória e a elaboração da lembrança coloca-nos o destaque que os relatos orais têm assumido como um novo conjunto de fontes documentais. Em Paul Thompson, a questão da memória surge dentro da ênfase “positiva” da história oral como método.⁵ Sua argumentação discorre sobre os detalhes do método ou sobre a questão da “evidência oral”, no sentido de tomar as entrevistas como fontes legítimas para a pesquisa histórica, tanto quanto as fontes documentais. Para Thompson, todas essas fontes representam a “percepção social dos fatos”, igualmente sujeitos às condições sociais em que são obtidas. E o “testemunho falado” traz uma informação significativa, em que é transmitida

² DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, J., NORA, P.. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. pp. 131-132.

³ Le GOFF, J. . Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998. p. 535.

⁴ NORA, P. (org.) *Les lieux de mémoires*. Paris: Gallimard, 1983. p. 24-25.

⁵ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 104, 136 e 145

a consciência individual e coletiva, através da presença viva das vozes subjetivas do passado. Sua ênfase no método é argumentar que a dimensão social deve ser apreendida pelo historiador oral como interpretação dos significados sociais que as fontes orais carregam. Também para Gwyn Prins, os dados orais permitem riqueza de detalhes, que podem ser coligidos com outras fontes e são capazes de permitir explicar a continuidade histórica.⁶ Nesta defesa arraigada da evidência oral, a positividade do evento e dualidade memória /história retornam freqüentemente.

A história oral parece atualizar hoje uma questão que é o próprio conhecimento histórico: o trabalho com o documento. E cujo encaminhamento pode desviar para a defesa do realismo, no sentido que o concebeu Hayden White: em que o conhecimento histórico é a “representação realística da realidade histórica”.⁷ O esforço da história em distinguir-se da memória tem seu equivalente na distinção entre história e ficção: “a ficção como representação do imaginável e a história como representação do verdadeiro”.⁸ Na argumentação realista, a memória guarda essa dimensão imaginável, enquanto a narrativa histórica prima por ser capaz de representar “o que aconteceu”, numa busca angustiante por se legitimar enquanto ciência (discurso verdadeiro). Discorrendo sobre Tucídides, Murari Pires esclarece mais sobre este tipo de perspectiva.⁹ E comenta que a história talvez não se oponha à memória (como um não-conhecimento ou falso conhecimento); ao contrário, é um conhecimento baseado no primado da verdade como princípio teleológico. Neste sentido, pode-se considerar que a potência da narrativa histórica envolve a constituição de um conhecimento explicativo – conforme sustenta White.

⁶ PRINS, Gwyn. “A história oral” In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 2001.

⁷ WHITE, Hayden. *Meta-histórica*. Brasília: Ed. UnB, 1992. p. 430.

⁸ WHITE, Hayden.. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 115.

⁹ PIRES, Francisco Murari. Tucídides: retórica do método, a figura de autoridade e os desvios da memória. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.). *Memória (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p.95-127.

Contra o desvio para o realismo, lembremos que o historiador não se atribui mais o trabalho de desvelar os fatos que o tempo enterrou, na imagem de Febvre.¹⁰ O fato não é uma realidade substancial, mas o historiador fabrica seu objeto. Eis aqui um dos traços epistemológicos da operação historiográfica, conforme Certeau: a construção de objetos de pesquisa.¹¹ Construção da qual pode participar inclusive outros especialistas, como o arquivista.¹² Outros autores já têm igualmente observado que o “objeto” é um artefato ou “invenção” ao invés de uma entidade preexistente: Derrida e De Mann, na filosofia;¹³ Kuhn e Prigogine, na história da ciência;¹⁴ além de Hyden White, já citado.

No caso da história oral, é necessário considerar a particularidade da fonte oral, conforme alerta Voldman, em que o historiador, “ao solicitar uma testemunha, procede a uma ‘invenção’ de fontes”.¹⁵ Invenção que, em termos práticos, significa, por um lado, as diferentes formas de coleta de um documento oral e seu controle; e, por outro, o testemunho não se reduz mais à condição de “objeto do conhecimento”. Chiara Vangelista defende igualmente este caráter construtivo da história oral, tanto do historiador na delimitação da entrevista quanto do depoente, na seleção de seu relato do passado.¹⁶ Cléria Costa, em referência direta à história oral, afirma que “a história não se constitui apenas de um conjunto de acontecimentos históricos já descobertos, mas através da

¹⁰ FEBVRE, L. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1977. p. 177.

¹¹ CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 81.

¹²Cf. VOLDMAN, Daniele. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 247-265.

¹³ DERRIDA, Jaques. *De la grammatologie*. Paris: Minuit, 1967. DE MAN, Paul. *Alegorias da leitura*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

¹⁴ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectivas, 1998. PRIGOGINE, I., STENGERS, I. *A nova aliança*. Brasília: EdUnb, 1984.

¹⁵ VOLDMAN, op. cit, 1996, p. 247-265.

¹⁶ EVANGELISTA, Chiara. Da fala à história: notas em torno da legitimidade da fonte oral. In: LOPES, A.H., VELLOSO, M.P.; PESAVENTO, S.J. *História e linguagens: texto, imagens, oralidade e representações*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2006. p. 185-193.

(re)constituição desses acontecimentos e da criação de novos pelo historiador; descoberta e invenção entrelaçam-se a cada instante”.¹⁷ Conforme alerta Michel Trebitsch, uma história que não se justifica nem por um discurso em prol da “democratização da história”, como o faz Thompson; nem por discurso militante da “voz do oprimido”.¹⁸ Enfim, considera-se atualmente que a produção do conhecimento histórico supõe um componente problemático (invenção, criação, construção, elemento ficcional). E o testemunho oral, como outros tipos de fontes históricas, deverá ser reexaminado à luz de outras fontes, eventualmente posto de lado ou criticado.

Criticada como fonte e examinada como construção social: é a vertente produtiva da história oral. Eclea Bosi considera justamente este tema da construção social da memória e a relevância da dimensão onírica da memória – retomando a dualidade indivíduo e o social, expressa pelo sociólogo francês.¹⁹ Bosi mantém a hipótese de Halbwachs, numa versão dialética: a memória do grupo depende das lembranças individuais; que se sustentam, adquirem coerência e coesão pelo que têm de substância social. Neste sentido, Maria Isaura P. de Queiroz observa que a questão da memória, além dos componentes biológicos, deve levar em conta o contexto sócio-econômico.²⁰ Assim, as histórias de vida seriam, portanto, instrumentos para atingir, sob modelos de pensamento e ação mais recentes, “as estruturas mentais mais antigas”.

Na mesma linha, Aspásia Camargo sustenta a importância da história oral “como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana”: meio para a compreensão das relações da ação

¹⁷ COSTA, éria Botêlho da. Uma história sonhada. *Revista Brasileira de História*, v.17, n.34, p. 133-145, 1997.

¹⁸ TREBITSCH, M. A função epistemológica e ideológica da história oral nos discursos da história contemporânea. In: MORAES, Marieta. *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 39.

¹⁹ BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

²⁰ QUEIROZ, Maria I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. SIMSON, Olga de Moraes Von. *Experimentos com Histórias de vida*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988. p. 34-40.

humana com a sociedade, com as redes de sociabilidade, com o poder e com processos macroculturais. A particularidade nesta linha teórico-metodológica, segundo Aspácia Camargo, é que se “privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”.²¹ O documento oral carrega, portanto, o peso dos significados impressos nos fatos narrados. A memória como “prática social” em que se constroem significados é sustentada também por Antonio Montenegro.²² Para este historiador, as operações da memória estariam associadas à “força do imaginário social”, dentro de numa dualidade passado individual/coletivo e que se articula com a história – ainda que distintas em suas funções. José Meihy parte da ideia de “recuperação da capacidade narrativa”, do informante como ator, e propõe a formação de “redes” de entrevistados, em que as experiências diferenciadas estejam dentro de um mesmo padrão de afinidades históricas.²³ Para o historiador, abre-se a possibilidade do estudo de um “universo mental”, a apreensão de uma “continuidade social”.

Enfim, a discussão sobre memória exposta aqui procura destacar o pressuposto da dimensão imaginária da sociedade. A memória seria definida muito em função de conceber um universo mental que adquire substância social. Uma das particularidades desta concepção, distinguindo-a de outras dimensões mentais, é ter o passado como foco. Outra é ser uma prática, uma ação presente e recorrente. Dessa recorrência, que é ação e refazer do relato sobre o passado, forma-se uma continuidade discursiva e institui-se a herança que se faz presente. A história oral vale-se justamente deste rememorar para compor um documento de memória, de um discurso sobre o passado – seja através das autobiografias como faz Eclea Bosi; do depoimento de atores dos eventos históricos,

²¹ CAMARGO, Aspácia. Quinze anos de história oral: documentação e metodologia – Aspácia Camargo (em dezembro de 1989). In: ALBERTI, Verena. *Manual de História oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004. p. 23.

²² MONTENEGRO, A. “A invenção do olhar”. In: SIMSON, O. R. M. *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997, p. 200.

²³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re) Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.p. 52.

como Aspásia Camargo, ou pela escolha de “redes”, conforme José Meihy. A história encontraria aqui um tipo de documento que permite rastrear uma corrente de pensamento contínua.

O povoamento do Oeste Paulista e formação dos municípios ribeirinhos

No decorrer da pesquisa anterior pudemos levantar documentação textual e outros estudos que nos permitiram identificar um processo de povoamento e formação dos municípios das áreas ribeirinhas do Médio Rio Paraná, além de podermos checar a fonte oral, tornando-a um subsídio importante para o detalhamento deste processo. Em 1886, a criação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, ligada à Secretaria estadual da Agricultura, constitui a primeira iniciativa com vista ao levantamento sistemático sobre o interior paulista. Busca-se obter informações sobre geografia, relevo, estrutura geológica, vias de comunicação existentes, tipos de solo. Enfim, conforme Figuerôa, todo um conjunto de dados que viabilizassem a implementação de uma série de empreendimentos, fosse na área agrícola, na ocupação das terras ou estabelecimento de uma rede viária (inclusive de navegabilidade, conforme foi o da expedição na bacia do Rio Paranapanema).²⁴ É a partir desta data que se inicia um povoamento efetivo e intenso da região estudada, até então nomeada nos mapas como “sertão desconhecido”.²⁵

E a ocupação humana às margens do Rio Paraná aparece associada à criação de vias de comunicação para transporte de gado entre o sul do Mato Grosso e o litoral de São Paulo e Rio de Janeiro.²⁶ Constituiu-se, em 1909, uma via de transporte

²⁴ FIGUERÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1935*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²⁵ Cabe ressaltar que grupos indígenas já habitavam a região até meados do século (como os guaranis-caiuás e xavantes), mas foram migrando ou sendo dizimados neste intenso processo de povoamento – e os remanescentes acabaram sendo realocados para reservar indígenas no Mato Grosso do Sul.

²⁶ WHITAKER, Francisco. *Recordações*. Manuscrito, 1934. p. 9. CRUZ, Wilson. *Porto Epitácio*. Manuscrito. 2002. GODOY, Benedito de. *História de Presidente Epitácio*. Presidente Epitácio: [s.e.], 2002. p. 21 e 25. ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade paulista: Presidente Prudente*. São Paulo; F.F.L.C.H.-USP, 1972. p. 29.

de gado que partia de Vacaria, atravessando o Rio Paraná em balsa, entre o Porto XV e Porto Tibiriçá, seguindo em direção a Conceição de Monte Alegre, na região de Campos Novos Paulista, que era a ponta de trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. Nesse processo, temos a formação de estradas boiadeiras, portos fluviais para transporte do gado ou coleta de lenha consumida nos navios a vapor, além dos pontos de pousada do gado e entreposto comercial – com conseqüente surgimento de cidades nesta rota, como Indiana e Nova Independência.²⁷ Com a progressiva ocupação das margens do rio, associada à criação do gado e à atividade extrativista, criaram-se dezenas de portos por toda a extensão do Rio Paraná, tanto na margem do Mato Grosso quanto de São Paulo – descendo o rio até as antigas Cachoeiras de Sete Quedas, para chegar a Guairá (PR). Com implicações não apenas sociais, aqui consideradas, como também econômicas.²⁸

Desde os trabalhos de Taunay, Sérgio Milliet e Monberg, estuda-se a ocupação do Oeste Paulista como diretamente associada à expansão da cultura do café para a Alta Paulista: o café estimulou a expansão ferroviária (trilhos da Alta Sorocabana e Alta Paulista) e que permitiu a fundação dos municípios na região.²⁹ Trabalhos como o de Odilon Matos aprofundaram a história da ferrovia paulista (e seu avanço para o oeste), mas sempre em função desta dependência com a cultura cafeeira.³⁰ Esta mesma compreensão reproduz-se nos estudos mais recentes – tanto no estudo de Argolo, sobre a arquitetura industrial cafeeira, quanto de Ghirardello, ao

²⁷ *Histórico do Município de Nova Independência*. Fotocópia de livro, de referência não identificada. p. 7-9.

²⁸ QUEIROZ, Paulo R. C. *A navegação na Bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica, Caxambu (MG). Disponível: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos.html> Acesso em: 10/10/2006.

²⁹ TAUNAY, A. d'E. *A propagação da cultura cafeeira*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934. MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec, 1982 [1ª ed. de 1937]. MONBERG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984 [1ª ed. de 1949].

³⁰ MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovia: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-ômega, 1974. p. 93-100.

estudar a relação entre a expansão ferroviária e a formação das cidades do oeste paulista.³¹ Até mesmo a ocupação da região do Pontal do Paranapanema pode ser explicada pela expansão da empresa férrea Sorocabana num ramal para Dourados (MS).³² A expansão das linhas férreas é assim entendida como uma das principais causas do deslocamento das pessoas para o Oeste Paulista: seja para trabalhar na expansão da linha férrea ou porque direcionou o loteamento de terras para o trabalho agrícola.

Além disso, toda a ocupação da região ribeirinha (principalmente da margem paulista do rio Paraná) é marcada por correntes migratórias de população de diversas origens. O novo oeste paulista recebeu imigrantes europeus e asiáticos – desde imigrantes húngaros e japoneses. Conforme constataram Chiyoko Mita e outros pesquisadores, houve um processo de deslocamento das primeiras colônias do oeste paulista para centro do estado e novo oeste paulista – confirmado por entrevistas, fotos e objetos identificados na pesquisa.³³

Há relatos que confirmam e descrevem a migração de imigrantes europeus e asiáticos, que chegaram na década de 1930 e marcaram a ocupação das cidades ribeirinhas. Desde os anos 1920, thecos e alemães participavam da construção de infra-estrutura de navegação no rio Paraná (do planejamento de vila portuária à construção de barco).³⁴ Também daquele

³¹ ARGOLO, André. *Arquitetura do café*. Campinas: Ed. da Unicamp/ São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: Unesp, 2002.

³² LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 95-97. LEITE, José F.; SALGADO, Fernando C. F.; ALEGRE, Marcos. No Pontal do Paranapanema. *Boletim do Departamento de Geografia (FCT)*. Presidente Prudente, nº 3, 1970, p. 10-13.

³³ MITA, Chiyoko. *Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 1999. NOGUEIRA, Arlinda R. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. São Paulo; USP/IEB, 1973. VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *O Japonês na frente de expansão paulista o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1973.

³⁴ SILVA, Evandro A. T; ARAMBASIC, Dolores L. B. *Passos thecos em Terras Brasileiras*. Bataypora: Oficina Cultural Tcheca e Eslovaca do Brasil, 2003.

período há a vinda de imigrantes húngaros para o município de Presidente Epitácio, chegando a aglutinar 150 famílias desta procedência na colônia Arpad – que no total excedia a 300 famílias de origem européia.³⁵ Há também a formação de colônias japonesas em Ouro Verde, num processo de deslocamento do centro do estado para o oeste paulista – japoneses natos e seus filhos. As entrevistas também permitiram o acesso a acervo de fotos e objetos dos diversos grupos imigratórios.

De outro lado, há dezenas de relatos cuja origem é do nordeste brasileiro (cearenses e baianos), que vêm para a região de Alta Sorocabana a partir dos anos 1940. Novamente, confirmados tanto por censos demográficos do mesmo período,³⁶ estudos de José Leite e Odilon Matos,³⁷ quanto no depoimento de antigos moradores de Teodoro Sampaio e Presidente Epitácio. Há outros relatos de baianos que justificam, porém, a vinda para trabalhar no transporte fluvial – declarando terem trabalhado em navegação no Rio São Francisco. A atividade de transporte fluvial trouxe também para o antigo Porto Tibiriçá e remunerou vultuosamente desde marinheiros negros cariocas até trabalhadores do Rio São Francisco.

Os testemunhos como fonte oral: condições de vida, vida cotidiana, trabalho e o enchimento do lago da represa

Condições humanas de colonização e relações com o ambiente natural.

Em primeiro lugar, as entrevistas com antigos moradores revelaram aspectos gerais da colonização das cidades. Os relatos coletados em Presidente Epitácio apresentaram a ocupação dessa cidade em relação às atividades de transporte fluvial e

³⁵ BOGLÁR, Lagos. *Mundo Húngaro no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

³⁶ IBGE. *Censo demográfico – São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970. vol. I.

³⁷ LEITE, op. cit., 1998, p. 63-64, 181-184. LEITE, J. F.; SALGADO, F.C.F.; ALEGRE, M.; GABIREL, R.W.. Rosana (o mais longínquo rincão paulista). *Boletim do Departamento de Geografia (FCT)*, Presidente Prudente, n° 2, p. 9-33, 1969. p. 110. MATOS, op. cit. 1974, p. 271.

terrestre. Os relatos de habitantes de Bataguassu informaram também os vínculos da formação da cidade com o transporte fluvial. Em Panorama, obtivemos informações sobre o processo de loteamento e ocupação dos lotes. Com particular destaque para a infra-estrutura da cidade (saúde, fornecimento de energia e escolas) e uma atividade esportiva que marca a localidade desde a década de 1960: a travessia a nado do rio Paraná.

A primeira travessia do rio Paraná... Nós não estávamos preparados para o movimento que houve aqui. Foi feita uma pequena propaganda que haveria uma travessia do rio. Vieram poucos nadadores, alguns de Dracena, que era mais perto.. Mas a cidade recebeu tanta gente neste dia [...] que no fim da tarde todos nos botecos da cidade não tinha mais uma bala para vender. O povo que veio foi embora da cidade com fome [risos]. No ano seguinte nos preparamos melhor. Por isso, até tempos atrás, a travessia era a principal atração turística da cidade.³⁸

Em Ouro Verde, obtivemos informações não apenas sobre a ocupação da cidade, desde os anos 1950, mas também sobre a colônia japonesa (atividades sociais, adequação da cultura) e que muito contribuiu para atividade agrícola no município. Deste processo de colonização e loteamento derivam as cidades de Paulínea, Nova Guataporanga e Nova Independência. Da mesma forma, em Brasilândia (MS), os relatos coletados enfatizaram que a formação da cidade esteve ligada à dinâmica de ocupação do lado paulista (Panorama). Nestas e em outras cidades, uma imagem sempre presente nos relatos da ocupação (e reforçada em fotos) são as ruas e estradas de areia (própria do solo da região), com quadras ocupadas com poucas casas e grande espaço entre elas (mesmo nas áreas mais centrais).

Aqui a área é muito arenosa, então era tudo rua com areia, não tinha calçamento, não tinha iluminação. A sorveteria, por exemplo, tinha motor estacionário, o cinema tinha motor estacionário.³⁹

³⁸ POUSA, POUSA, Nadir. Depoimento [12/07/2006, Panorama /SP]. Entrevista concedida a Vinicius Mizumoto Mega e Eduardo Romero de Oliveira. Conforme o entrevistado, é a mais antiga no Brasil no gênero de águas abertas.

³⁹ ANDRADE, Romualdo Fink. Depoimento [18/08/2006, Teodoro Sampaio / SP]. Entrevista concedida a Paula Camila Monteiro.

Uma peculiaridade nos relatos orais coletados é que deveriam permitir um detalhamento da colonização e sua relação com o ambiente natural. O roteiro de entrevista previa um conjunto de questões relativas a este tópico. As descrições obtidas ressaltaram não apenas a presença de mata densa, mas detalhes do desmatamento e uso do solo. Muitos entrevistados detalhavam os tipos de árvores encontradas na região, seja para aprofundar os comentários sobre o comércio de madeira (valor comercial, atividades de corte e transporte), mas também na construção das casas (nas paredes divisórias, colunas de sustentação ou em telhados de tábuas de cedro), mobiliário.

O que nós tinha...de cama, tinha um guarda-ropa feito em oficina também... tudo feito de madeira de cedro naquele tempo. Tinha cedro dessa grossura. A casa era tudo coberta com cedro, tabuinha. Podia vir a tempestade que fosse que num arracava um, que era tudo pregado.⁴⁰

Há indicação de algumas espécies de animais silvestres encontrados, mas também do consumo de carne de caça – que se apresentou como um consumo comum em muitas famílias, paralelamente à criação e consumo de animais domésticos.

Aliás, os comentários relativos à alimentação, que constava do item sobre a rotina doméstica, acabavam aprofundados quando se questionava sobre o ambiente natural. A maior parte dos entrevistados consumia carne, muitas vezes de origem suína e aves, porque o porco era de criação em menor espaço físico – até mesmo nos lotes urbanos – e mais fácil a preservação da sua carne (pedaços guardados em latas, já parcialmente fritos, dentro da própria banha, ou salgados).

[...] nós comprava carne. Nós comia ela no dia que vinha. Depois, se você queria comer, tinha que tacar sal e botar no varal para poder comer mais uns dias, né. Acabou, acabou.⁴¹

Também a pesca de peixe foi contemplada, tanto pela identificação de algumas espécies frequentemente pescadas

⁴⁰ DANCS, Francisco. Depoimento [05/07/2006, Caiuá / SP]. Entrevista concedida a Paula Camila Monteiro.

⁴¹ CASTALDELLI, Elza Maria Castaldelli. Depoimento [23/08/2006, Rosana / SP]. Entrevista concedida a Paula Camila Monteiro.

por moradores quanto pela estimativa de quantidade em diferentes décadas – a informação declarada foi muito mais precisa entre aqueles que tinham na pesca uma fonte regular de alimento ou renda.

A descrição dos rios também resultava em informações ricas. Por um lado, obtivemos detalhes relativos ao rio Paraná, nos municípios ribeirinhos - tipos de árvores freqüentes na beira do rio (como as figueiras), as praias formadas no período da seca, cor da água, pontos de pesca e de cultivo agrícola, traçado do rio antes do enchimento do lago da UHE, ilhas existentes e suas características. E por outro, informações sobre outros rios próximos que deságuam no Paraná – largura antes do enchimento do lago, peixes mais encontrados, pontos mais freqüentados, tipos de animais mais vistos.

Vida cotidiana: espaço e circulação, lazer, educação.

Era prevista pelo roteiro de entrevista a descrição das relações sociais dentro das comunidades ribeirinhas, que explorou detalhes sobre a espacialidade da ocupação humana, vias de circulação e atividades sociais, com perguntas específicas ao meio urbano e ao meio rural. Coletamos relatos que permitem recompor um pouco da ocupação da área urbana (pontos comerciais, serrarias, escolas, áreas de circulação de pessoas e animais, praças com atividade social), rural (pastagens de engorda, estradas para gado, estradas de transporte, localização das colônias, espaços comunitários) e fluvial (portos, ilhas com sítios, várzeas para plantação).

Também se procurou recuperar informações sobre as atividades sociais em cada comunidade. A declaração de participação em atividades comuns (missas, festas religiosas, quermesses, bailes) mostrou-se mais freqüente entre os moradores dos núcleos colonizadores (das cidades e colônias agrícolas) do que entre os moradores de sítios e fazendas.

Primeiro antes de ir pro cinema ou a gente saia mais cedo uma missa, porque o padre vai começa lá pra meia noite, onze hora, né? Então primeiro cê saia, né? Ia pra praça, pra depois se reunia todo mundo praí. A praça era... Agora hoje quem fala mais em praça, né? Mas antigamente era, a praça era, era sagrada... [...] Se tivesse namorado também namorava

na praça, né? Mas assim quer dizer, a praça cê tinha horário, porque depois você ia pro baile, você ia pro cinema. Era ponto de encontro, a praça... Você entendeu como é que é? A praça era ponto de encontro.⁴²

O relacionamento social é, portanto, marcado pelo espaço urbano; ou melhor, da superposição de duas práticas culturais: a circulação na cidade semi-rural, onde a religiosidade é componente principal dos costumes (a freqüência à missa); outra urbana, com novas formas de entretenimento (o cinema).⁴³ As duas práticas sobrepõem-se na praça, como o lugar da sociabilidade por excelência nestas cidades abertas em meados do século XX.

Em contrapartida, as descrições do cotidiano dos sitiantes acabavam por privilegiar a rotina de trabalho. As dificuldades de deslocamento pelas estradas, a falta de meio de transporte próprio (seja cavalo, carro de boi ou automóvel), rotina de trabalho intensa ou falta de hábito familiar de visitar os outros eram os motivos mais declarados entre aqueles do segundo grupo. Mesmo o questionamento sobre a infância do entrevistado era com poucas referências a brinquedos e tendo como colegas de brincadeiras apenas os irmãos e irmãs, numa infância truncada pelo trabalho agrícola ou tarefas complementares a ele.

Também foi possível recuperar informações relativas ao tema da educação na região. Por um lado, os relatos coletados permitem levantar informações de caráter estatístico sobre a população. Neste sentido, a formação escolar restringia-se quase sempre aos quatro anos da escola primária, nas poucas escolas do município – naqueles entrevistados, por exemplo, que tiveram sua infância nas décadas de 1950, nas comunidades estudadas. E a formação posterior poderia chegar até a escola secundária em municípios maiores (Três Lagoas), mas são raros os casos educação em curso superior – feitos em regiões distantes, como São Paulo ou Campinas – ou quando

⁴² SILVA, Maria Bezerra Ferreira. Depoimento [18/07/2006, Nova Independência /SP]. Entrevista concedida a Carolina Silva Castro.

⁴³ CHARNEY, L.; SCHWARTZ, V. R. (Org.) *O cinema e a invenção da vida moderna*. Trad. Regina Thompson. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, p. 22.

já adultos. Por outro, foi possível recompor situações que duram duas décadas através da entrevista com pessoas de faixas etárias próximas e que freqüentaram escolas em períodos de tempos seqüenciados (p. ex., 1949, 1955 e 1960 e 1964). É o caso de atividades cívicas como desfiles, fanfarras, hinos e declamatórias recorrentemente citados (e reproduzidos pelos entrevistados e fotos dos eventos) em escolas dos diferentes municípios. Como todos os alunos eram obrigados a desfilar, mas nem todos tinham condição para comprar o vestuário.

As professoras faziam bailes [...] para angariar dinheiro, porque as crianças é que compravam o uniforme: roupa branca, tênis, tudo isso... Então com este dinheiro as escolas faziam compras para os alunos pobres [...] Iam na loja, fazia a compra, marcava o nome [do aluno] e punha no armário. No dia do desfile, ta tudo lá quietinho esperando [...].⁴⁴

Há, portanto, uma história das festas cívicas no oeste paulista e que poderia ser reconstituída em detalhes através das entrevistas realizadas. Até porque nestas cidades do interior permanecem as festas cívicas do Estado Novo – pelo menos até os anos 1950, conforme observamos nas fotos colhidas durante a pesquisa.

Aliás, uma série de perguntas sobre o tópico do lazer veio a instigar maiores investigações neste sentido. São relatos da festa do 1º de maio na região, desde os anos 1940, em que neste dia de feriado não só as famílias das comunidades ribeirinhas (p. ex. Presidente Epitácio) realizavam “piqueniques” à beira rio.

Dava-se muita importância para o antigo Parque do Porto XV de Novembro localizado a margem direita do Rio Pardo, onde eram realizadas grandes festas. Todos os anos no dia 1º de Maio a festa do trabalhador, acompanhada de corridas de cavalhos, piqueniques, shows musicais, muito churrasco, jogos de futebol e outras diversões.⁴⁵

A empresa ferroviária Sorocabana isentava de cobrança o trem do primeiro horário da manhã e o último do final da

⁴⁴ COSTA, Ana Rosa de Oliveira. Depoimento [01/08/2006, Três Lagoas / MS]. Entrevista concedida a Eduardo Romero de Oliveira.

⁴⁵ CRUZ, Wilson. *Porto Epitácio*. Manuscrito. 2002.

tarde. De modo que famílias que residiam até em Presidente Prudente (distante 100 Km) deslocavam-se para um passeio até à barranca do rio Paraná. Mas há relatos de que mesmo habitantes de cidades como Assis (250 Km distante) vinham de caminhão ou trem para a esta festa.⁴⁶ Deveriam ser melhor investigadas as afirmativas de que o decréscimo dessa festa nas cidades da região ocorreu na década de 1970, atribuindo como explicação a diminuição dos horários de trens e o fechamento de companhias de navegação.

O questionamento sobre as atividades de lazer permitiu identificar em detalhes práticas esportivas (natação no rio e futebol) que já possuem quatro décadas, quando não também aqueles esportes particulares a uma cultura imigrante (como o beisebol, nas colônias de imigrantes japoneses em Ouro Verde).

Na época a maioria era da colônia japonesa. [...] É normal da época da colônia japonesa, o clube japonês chamava Kaikan, então eles se reuniam nesses clubes e cada quinzena passavam filme, vinha uma pessoa passar filme e fazia as competições entre o pessoal da colônia, esse era o passa tempo deles.⁴⁷

Observe-se que, nos diferentes relatos citados até aqui, o cinema era uma diversão presente nos municípios ribeirinhos. Na Vila Tibiriçá, onde hoje é Presidente Epitácio, haveria cinema antes mesmo da década 1940, por iniciativa da empresa de navegação Companhia de Viação São Paulo - Mato Grosso. O cinema, localizado em prédio na área central, próximo (ou mesmo defronte) à praça, tanto operava uma modernização dos costumes, quanto simbolizava o desenvolvimento urbano.

Além disso, seja em relatos de sitiantes seja de antigos moradores das cidades, a opção de lazer mais citada é o baile. Algumas vezes com sanfoneiro, outras com orquestras, e até

⁴⁶ Cf. CRUZ, Wilson. Depoimento [12/07/2006, Presidente Epitácio/ SP]. Entrevista concedida a Vinicius Mizumoto Mega e Rita de Cássia dos Santos Guimarães.

⁴⁷ TAKAYAMA, Junhiti. Depoimento [21/07/2006, Paulicéia / SP]. Entrevista concedida a Livia Morais Garcia Lima.

com vitrola. Os bailes era um evento social recorrente nas lembranças até a década de 1970. Um evento freqüentemente aberto a todos, sem restrição de idade ou grupo social, que ocorria em clubes sociais nos fins de semana, nos casamentos, festas religiosas ou em quermesses.

Todos os bailes, eles faziam uma prendazinha pra leiloar. Quem arrematasse, por exemplo, uma caixa de cerveja, um pão e um frango é que tinha direito de escolher uma dama - e escolhia, desde que ela não fosse comprometida..⁴⁸

No lugar da imagem da “festa junina caipira” (com sua comida e quadrilha), encontramos um relato sobre devoção (a São João ou Santo Antonio) e brincadeiras. Na descrição de uma moradora de Brasilândia (MS), de uma festa nos anos 1960: havia o pau de sebo; algumas barraquinhas com bebida e comida; leilão de prendas (pratos caseiros e animais doados pela comunidade) a fim de arrecadar dinheiro para a paróquia e pagar os músicos; e uma tenda grande onde havia o baile, sob luz de lamparina e com sanfona, que durava toda a noite – tocando guarânias, boleros e “sucessos de rádio”.⁴⁹ Dança e música eram a principal diversão, que normalmente não exigia muitos recursos, para uma comunidade ribeirinha muitas vezes pobre.

Práticas de trabalho rural e ofícios nas comunidades.

Em muitas entrevistas realizadas, o tópico do trabalho tomou a maior parte do tempo. Para alguns, o relato concentrou-se no trabalho agrícola; para outros, na navegação – apenas para citar algumas das atividades mais expressivas.

Com relação ao trabalho com a terra, há diferentes tipos de relatos. Poderíamos separar alguns relatos em relação ao período de vida dedicado à lavoura; isto é, entre aqueles entrevistados que durante os últimos 60 ou 80 anos cultivaram a terra e outros que, nos últimos 40 anos cresceram na área rural, participaram da atividade quando crianças e na

⁴⁸ ANDRADE, Romualdo Fink. Depoimento [18/08/2006, Teodoro Sampaio / SP]. Entrevista concedida a Paula Camila Monteiro.

⁴⁹ RAVANHANI, Ernestina da Silva. Depoimento [19/07/2006, Ouro Verde /SP]. Entrevista concedida a Eduardo Romero de Oliveira.

adolescência, mas a abandonaram. No primeiro caso, há sempre em longa exposição do saber que detinha sobre a terra, o clima, os instrumentos, o ritmo de trabalho, as dificuldades econômicas enfrentadas. Enquanto aqueles que nasceram e tiveram sua infância no campo enfatizam os comentários sobre as duras condições às quais crianças eram submetidas desde cedo – contrastando com as atividades exercidas, na cidade, quando adulta.

Quando eu sai da escola, então eu fui viaja mesmo pro pantanal, viajei muito ai, uma que meu pai já tinha sido isso, então as pessoas chegavam aqui e falavam pro meu pai ‘olha seu [Adamastor] preciso de um menino seu pra me leva uma tropa em tal lugar’, e ele pegava 45, 50, 30 burros e ia leva lá pro Pantanal, lá pra longe mesmo do Pantanal, daqui até lá você leva 45 dias de viagem, 1 mês e meio de viagem e ia embora, então só fazia pessoas de confiança, os patrão tinha que te confiança nos...⁵⁰

Há as diferenças econômicas entre os que tinham um pequeno pedaço de terra e outros, fazendas; entre aqueles que eram donos, arrendatários ou colonos. Há o dono de um pequeno lote, morando num casebre de pau-a-pique, de família numerosa e o esforço em retirar dele o sustento de todos. Também encontramos o arrendatário, meieiro ou colono; que fornece detalhes de sua relação com o dono da terra, as formas de pagamento; as formas de convivência entre as famílias da colônia ou com a do dono – e, por exemplo, as festas e lazer mais comuns. E, por fim, aqueles que trabalharam em outra região ou país (com outro tipo de plantio ou criação) e mudaram-se para o Oeste Paulista (passando a atuar na extração de madeira, cultivo agrícola). São migrantes que vieram dos estados do nordeste na década de 1940 ou 50, como esta entrevistada que veio do Ceará:

Vieno de pau de arara. [Mas o resto da família veio] em navios. Meu pai pra não deixa a família, então os outros vieram de navio e nós não viemos pra ele trazer toda família, aquelas pessoas que morava com ele. Foi 30 dias de viagem, na estrada de terra.⁵¹

⁵⁰ NETO, Eliziário Alves. Depoimento [05/07/2006, Caiuá /SP]. Entrevista concedida a Vinicius Mizumoto Mega.

⁵¹ SILVA, Maria Bezerra Ferreira. Depoimento [18/07/2006, Nova Independência /SP]. Entrevista concedida a Carolina Silva Castro.

Neste tipo de relato encontramos detalhes sobre a migração (dificuldades que a teriam motivado, escolha do local de destino, familiares que auxiliaram na mudança ou incentivaram a migração) e da atividade que veio a exercer. No caso do imigrante (europeus ou japoneses), encontramos a menção de dificuldades de adaptação (clima e costumes), a manutenção de um ritmo de trabalho (rigoroso nas culturas orientais), conhecimento de tecnologia e a adequação de hábitos às condições locais – principalmente a alimentação nas colônias japonesas, por exemplo, em que o pescado do mar continuou sendo o principal ingrediente, mesmo com as dificuldades de transporte.⁵²

Foram relatadas também as condições de ensino da língua materna nestas colônias, como a existência de duas escolas, a iniciativa da colônia e outras características derivadas também de serem rurais.

A colônia japonesa que fez a escola, mas professora vinha de fora. Mas japonês quando ajunta assim de forma uma colônia sempre tem escola português e japonês também tem, mas de japonês também só que é de noite estuda de noite. Agora de dia molecada estuda, agora quem é adulto que não soube lê em japonês, japonês vai aprendendo aquele pessoal adulto do que quem sabe. Então assim que aprendeu.⁵³

A partir na década de 1930, os imigrantes sofreram várias restrições, decorrentes da política nacionalista do governo de Getúlio Vargas. Um exemplo foi a proibição em 1938 do ensino de qualquer língua estrangeira para menores de 14 anos. Isto tem grande impacto nas escolas em colônias de imigrantes japoneses na região da Alta Sorocabana e da Alta Paulista.⁵⁴

Na mesma época, aumentou também a vigilância e controle sobre nestas colônias. É o que relata um descendente

⁵² Cf. SUZUKI, Mário Yuzi. Depoimento [18/07/2006, Ouro Verde /SP]. Entrevista concedida a Eduardo Romero de Oliveira.

⁵³ TAKAYAMA, Junhiti. Depoimento [21/07/2006, Paulicéia / SP]. Entrevista concedida a Livia Morais Garcia Lima.

⁵⁴ Vd. DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 72, p. 43-72, 2000.

húngaro e ex-morador da Colônia Arpad, em Caiuá:

Teve escola húngaro aqui, mas o governo dispois em 42, quano começô a desarmá os húngaro e batê, e foi aquela coisa... nós passemos uma vida desgraçada aí, apanhava deles...sujeito que num sabia nem lê nem escrevê pusero pra delegado, tomaro as ispingarda e tudo quanto é arma que a gente tinha... chegava ali no porto, eles vendia a troco de pinga e essas coisa.⁵⁵

Poderíamos agregar a estes trabalhadores rurais, aquele outro grupo que atuava na pecuária. E estabelecendo uma tipologia equivalente: a idade de inserção na atividade; pequeno proprietário ou grande; empregador ou empregado; migrante ou imigrante. Em cada um deles se faz menção a diferentes informações sobre povoamento e ocupação, técnicas agrícolas, formas de vida e saberes. Assim, por exemplo, o peão-boiadeiro ou o chefe de comitiva tem uma rotina própria de um trabalho itinerante (muitas vezes, um homem solteiro ou ausente do lar); enquanto que no relato de um dono de rebanho intercala-se o ritmo de trabalho com a presença da família – apesar desta ajustar-se àquela. Nos relatos de donos (ou filhos do pecuarista) o ritmo forte de trabalho rural em que a separação por classe econômica parece perder o sentido; seja pela a necessidade de todos exercerem as mesmas funções em muitos momentos, da refeição em conjunto (família e empregados) ou do mesmo espaço de circulação para todos os membros das famílias (a colônia). Enfim, muito haveria a considerar sobre este tema do trabalho rural e seus desdobramentos dentro das entrevistas realizadas, seja para pesquisa da história econômica da região, seja para história social ou história cultural – com vínculos para análises em economia, sociologia rural, história ambiental ou antropologia.

Outra vertente de relatos, ainda relativa ao tópico do trabalho, diz respeito à navegação. Observamos principalmente a existência de companhias de navegação que atuavam no rio Paraná desde o início do século XX. Inicialmente para o transporte de gado da margem matogrossense para a paulista – em torno do que é atualmente o município de Presidente

⁵⁵ DANCS, op. cit.

Epitácio (SP). Nas décadas de 1920 a 40, amplia-se a navegação para fim de transporte de madeira – cortada cada vez mais de pontos distantes. Com a crescente abertura de vilarejos ao longo do Médio Paraná, depois dos anos 1940, a navegação intensificou-se, não apenas transportando madeira, mas também pessoas e mantimentos. E não apenas na ocupação do oeste paulista, mas também no Paraná – consolidando uma rota que vai de Três Lagoas (MS) a Guairá (PR). Criaram-se então dezenas de portos fluviais ao longo desta rota, como pontos de embarque e desembarque de animais, pessoas, mercadorias e até caminhões – sem considerar aqueles portos improvisados, para retirada da madeira cortada próxima à margem ou de gado de fazenda.

Os relatos sobre a navegação provêm t de moradores que usufruíam desta via de transporte ou exerceram algum serviço ligado a ela (corte de madeira, carregador, boiadeiro, etc).⁵⁶ Mais diretamente temos um grupo de pessoas entrevistadas que foram empregados de alguma das empresas de navegação – concentradas em Presidente Epitácio, chegaram a mais de 15 empresas nos anos 1960. Alguns relatos trouxeram informações sobre a extensão do negócio madeireiro no oeste paulista, em que um mesmo proprietário tinha empresa de navegação, serrarias em municípios ao longo do rio, de transporte fluvial (combustível, pessoas, mantimentos)⁵⁷ – no caso, empresa com sede em Campinas (SP), para se ter em conta a rentabilidade do negócio. Obtivemos também relatos detalhando aquela que foi a primeira e maior empresa de navegação no rio Paraná: a Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso, empresa

⁵⁶ RIBEIRO, Antonio C. Depoimento [12/07/2006, Presidente Epitácio/SP]. Entrevista concedida a Vinicius Mizumoto Mega e Eduardo Romero de Oliveira. FILHO, Francisco O. Depoimento [12/12/2007, Presidente Epitácio/SP]. Entrevista concedida a Rosemari Arruda da Silva.

⁵⁷ RIBEIRO, Antonio C. Depoimento [12/07/2006, Presidente Epitácio/SP]. Entrevista concedida a Vinicius Mizumoto Mega e Eduardo Romero de Oliveira. SILVA, José S. Depoimento [16/08/2006, Presidente Epitácio/SP]. Entrevista concedida a Vinicius Mizumoto Mega e Eduardo Romero de Oliveira. SILVA, João de D. F. Depoimento [11/07/2006, Presidente Epitácio/SP]. Entrevista concedida a Rita de Cássia dos Santos Guimarães e Miriam Midori.

particular criada em 1907 em função do comércio e transporte de gado; tornada autarquia federal, em 1943, sob o novo nome de Serviço de Navegação Bacia do Prata, e que foi desativada em 1972.⁵⁸ Por um lado, a montagem da empresa e da infra-estrutura de navegação só nos chega por documentação,⁵⁹ pequenos textos históricos ou a história da empresa por conhecimento de ex-empregados; por outro, são os ex-empregados que relatam com detalhes a história da empresa na segunda metade do século XX.⁶⁰ São comentários sobre a relação empregatícia, as diversas áreas de funcionamento da empresa (escritório, navegação, oficina);⁶¹ além da vida na Vila Tibiriçá (vila de trabalhadores da empresa), com sua infra-estrutura (casas, energia, saneamento), as atividades de lazer (cinema, bailes, futebol). A importância dos relatos não é apenas recompor uma história de empresa, mas também de uma vila que desencadeou a formação de uma cidade (Presidente Epitácio). Permite-nos observar a chegada de uma infra-estrutura de habitação moderna para a época (anos 1930), ainda mais considerando a distância e dificuldades de deslocamento para o oeste paulista. Ou até indicam a existência de conflitos étnicos entre os trabalhadores de navegação

⁵⁸ SALOMÃO, Natalio N. Depoimento [12/07/2006, Presidente Epitácio/SP]. Entrevista concedida a Paula Camila Monteiro e Rita de Cássia dos Santos Guimarães. CRUZ, Wilson. Depoimento [12/07/2006, Presidente Epitácio/SP]. Entrevista concedida a Vinícius Mizumoto Mega e Rita de Cássia dos Santos Guimarães.

⁵⁹ Vide, por exemplo, Atas da Assembléia da Companhia publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E.S.P.) de 07 e 27/09/1927; 25/09/1928, 16 e 26/10/1928; 02/06/1929; 06/07/1929; 06/12/1929. Relativas ao processo de transferência de propriedade da Companhia para Henrich Sloman. WHITAKER, Francisco [1934]. Recordações. 2.ed. rev. em 1934. In: ABREU, Dióres S. O desbravamento da Alta Sorocabana por um bandeirante moderno: Capitão Francisco Whitaker. *Revista de História*, São Paulo, n. 62, p. 447-462, abr./jun. 1965.

⁶⁰ CRUZ, 2006. SANTOS, Jaci X. D. Depoimento [12/07/2006, Presidente Epitácio/SP]. Entrevista concedida a Carolina Silva Castro e Livia Morais Garcia Lima. JESUS, Domingos M. Depoimento [23/09/2006, Presidente Prudente/SP]. Entrevista concedida a Vinícius Mizumoto Mega.

⁶¹ SIMÃO, José. Depoimento [12/07/2006, Presidente Epitácio/SP]. Entrevista concedida a Eduardo Romero de Oliveira.

(portuários negros vindos do Rio de Janeiro ou baianos que trabalhavam no Rio São Francisco) e a população local de tez branca – de comerciantes a prestadores de serviços, que dependiam da renda daqueles.

Mas a navegação em si mesma, enquanto uma atividade de trabalho específica, envolveu um grupo de profissionais: os marítimos. São piloteiros, marinheiros e comissários que atuavam nos vapores, balsa, rebocadores e barças. Obtivemos descrição sobre o transporte de madeiras, a rotina de trabalho nas embarcações, os saberes práticos e conhecimentos técnicos exigidos na navegação fluvial. Aliás, a respeito do saber da navegação, há o relato precioso de um comandante, em que se entrecruzam a lembrança e a reflexão; a informação de orientações técnicas e de mapas com a prática de décadas de navegação no rio. Os comentários técnicos de navegação podem dar seqüência a passagens bíblicas. Tudo expresso num relato que soa poético, filosófico, técnico; quando não de difícil definição. Nesta narrativa, a categorização como “cultura popular” fica evidentemente insuficiente. O que era inicialmente esperado como “histórias de pescadores à margem do rio Paraná”, mostrou-se em verdade um conhecimento do mundo (quase ontológico) e ao mesmo tempo descrição da infraestrutura de transporte fluvial na região. Temos as empresas, rotas de transporte intenso, profissionais (marítimos, mecânicos, administrativos). Os pescadores, quando os localizamos no Médio Rio Paraná, eram um grupo específico de pessoas que viviam da venda do pescado – algumas delas como atividade complementar à agricultura ou em serviços na cidade. Ou então, aqueles pequenos agricultores pobres que tinham no peixe uma fonte de alimento. São nos marítimos, que atuaram por mais de 60 anos no rio Paraná, que encontramos práticas de trabalho e um saber específico no qual se poderia reconhecer uma tradição e uma cultura material da navegação. E seria equiparável aquele primeiro grupo de relatos sobre o trabalho rural, pois se nele também identificamos uma prática e um saber, conseqüentemente uma tradição e uma cultura material daquele mundo rural.

A memória do enchimento do lago da usina

Também se observou que há uma memória da ocupação e da construção da barragem nos diversos depoimentos. As análises sobre os depoimentos ainda estão numa etapa inicial - tanto pelo volume, quanto pelas exigências de organização -, mas algumas considerações já podem ser feitas. Até porque foram coletados relatos em que o rio era quase irrelevante, e outra memória do povoamento surge e da qual o rio Paraná não faz parte (ou pelo menos, não de maneira forte). De modo que as percepções sobre o impacto da construção do reservatório são muitos diferentes entre si, ainda que dentro de uma mesma comunidade.

Mas há muitos outros relatos em que se percebe uma contabilidade de perdas e ganhos. Há, por exemplo, os elogios à geração de empregos:

Aconteceu dois fatores importantes nessa questão da usina, da usina hidrelétrica. Primeiro foi geração de emprego, né? Porque aconteceu. E novas oportunidades, então, isso foi importante, muitas pessoas que estavam na agricultura acabou indo pra...indo para as barragem né?⁶²

A fala vem de um ex-funcionário, ligado ao setor de engenharia na construção de usinas como a de Sérgio Motta, Rosana e Taquaruçu. Outros ex-funcionários foram entrevistados e expressam muitas vezes uma percepção positiva da construção na região – ainda que divergente sobre outros tópicos, como as condições de trabalho.

Mas também as críticas ao impacto na atividade econômica:

O lado de São Paulo praticamente só inundou as várzeas, as várzeas é onde nós da cerâmica tirávamos argila né? Essa áreas foram todas inundadas, tanto em Paulicéia quanto em Panorama, Epitácio, essa áreas baixas inundava bastante mas não foi uma área tão grande quanto o Mato Grosso. Mato Grosso perdeu muita terra né?⁶³

⁶² AZEVEDO, Valdir Camilo. Depoimento [03/10/2006, Castilho/SP]. Entrevista concedida a Júnia Maria de Santana.

⁶³ TAKAYAMA, Junhiti. Depoimento [21/07/2006, Paulicéia / SP]. Entrevista concedida a Livia Morais Garcia Lima.

Lembranças de uma ilha, imagens de praias, comparações entre uma velha casa de tábua e uma nova de alvenaria: são as evocações sobre um rio Paraná de ontem e hoje. Ainda que as nuances e divergência devam ser melhor estudadas e mesuradas, é perceptível uma relação direta entre a percepção dos entrevistados e o grau de impacto sofrido. Isto é, têm caráter particular os depoimentos tomados nas populações que tiveram que ser removidas, seja para reassentamentos rurais ou urbanos - caso de Nova Porto XV, em Bataguassu (MS). Numa primeira análise destes depoimentos, observamos a ênfase em certos aspectos das lembranças sobre o povoamento, como as condições miseráveis de vida na barranca do rio e o contraste com a contemporânea, no reassentamento. E, apesar das declarações das condições paupérrimas do passado, a lembrança assume caráter saudosista. Assim, nos depoimentos de reassentados, o tempo após o enchimento da barragem é o de perda. A realocação para outras áreas de terra é entendida como perda de circulação:

A gente chegou prisioneiro, né? Porque a gente não tinha a liberdade que tinha, né? Porque lá na barranca, a gente tinha a beira do rio, a gente tinha a praia, né? Tinha tudo.⁶⁴

É o rompimento de um tipo de vínculo com o rio: de trabalho (navegação, pesca) ou dos afazeres domésticos. “Lavava roupa no rio, lavei muitas vezes roupa no rio, a água limpinha”.⁶⁵ A partir do qual se desfaz, de modo irreversível, uma forma de vida que se estruturou tendo o rio como referência de subsistência ou rotina doméstica. Ser retirado da beira do rio, tanto quanto a sua alteração (na extensão, fluidez, periodicidade). Mudanças na percepção do rio acentuam a distância em relação à condição de vida pretérita.

Consideramos a hipótese de que nestas populações ribeirinhas, constituiu-se uma imagem particular do rio.

Tinha bastanti figuera, tinha é, além de figueras, tinha muitos aquelas, aqueles pés de árvores centenários, os pés de

⁶⁴ GOMES, Maria Conceição da Silva Gomes. Depoimentos [19/07/2006, Brasilândia / MS]. Entrevista concedida a Livia Morais Garcia Lima.

⁶⁵ Ibidem.

angicos, jatobás né? Maravilhoso, coisa linda, você andava, cê chegava na bera do rio parece que cê tava num paraíso, aquela água branquinha correndo assim sabe? Aquela barrancona grandi cheia de pedra, alguns lugar pedra assim cascalho, otros lugar era areia, você tomava banho, ficava, cê fazia o que cê queria da sua vida, i num quiria nem morrê quando chegava na bera do rio.⁶⁶

E o paraíso é o lugar de fartura e pureza: “Sobre a minha infância era um lugar muito rico, assim não rico mais financeiramente, mas tinha mais opção, você é tinha lavouras, que era pra você trabalhá,[...]”.⁶⁷ Esta mesma imagem do paraíso é evocada por outro reassentado: “A beira do rio era limpinha, tinha praia, né? Praia boa”.⁶⁸

Apresentam-se duas frentes de pesquisas futuras e análise destas narrativas memorialistas. Primeiro, seria o caso de aprofundar a pesquisa em relação à constituição desta imagem da barranca do rio como lugar paradisíaco. Ainda que a hipótese mais evidente seja a associação com o discurso religioso, deveríamos avaliar se houve e como se teria dado a produção e transmissão deste tipo de discurso na região, além de verificar a interação com outros discursos produzidos nestas comunidades ribeirinhas. Paralelamente, estamos também avaliando a possibilidade de investigar as imagens associadas ao povoamento – tanto no âmbito das empresas colonizadoras ou na imprensa local. E uma das fontes que podem ser consideradas são as fotos coletadas durante a pesquisa, produzidas pelos próprios entrevistados ou em posse deles; além daquelas identificadas em órgãos públicos locais, que podem nos dar algumas pistas sobre a formação de uma memória do povoamento e sua possível associação com esta narrativa memorialista dos depoentes.

Uma segunda possibilidade de pesquisa é relativa à formação de uma dimensão moral. Em muitos depoimentos,

⁶⁶ SANTOS, Rodrigo Silva Santos. Depoimento [08/07/2006, Nova Porto XV, em Bataguassu /MS]. Entrevista concedida a Rita de Cássia dos Santos Guimarães.

⁶⁷ SANTOS, Claidier Custódio dos. Depoimento [17/07/2006, Nova Guataporanga/SP]. Entrevista concedida a Carolina Silva Castro.

⁶⁸ Ibidem.

há a caracterização do teor da perda com o alagamento. Mais do que a perda material ou a perda de um lugar, trata-se uma perda imaterial. A perda, em última instância, é a sensação de um “dano de alma”. O que é impossível de ressarcir, porque parece ser do campo do sentimento:

Eles chegam achando que eles podem tudo, aí eles vem com esse negócio ‘Não, mas gastamos não sei quantos milhões aqui na cidade’. Só que isso não paga, isso tudo o que eu falei para você, tá? Porque sentimento não tem valor, [...] Então não adianta falar: ‘Gastei cento e quarenta milhões aqui’. Você pagou o dano material, mas o dano de alma, o sentimento, você nunca vai pagar.⁶⁹

O que aparece aqui é o confronto entre uma racionalidade contábil (dos responsáveis pelas obras e da negociação com a comunidade) e outra forma de compreender o mundo que o cerca. Até onde podemos perceber no material visual e nos documentos sobre os antigos loteamentos que deram origem às cidades ribeirinhas, esta outra forma de compreensão parece associada à expansão das fronteiras para o desenvolvimento, à “marcha para o oeste”, em que a natureza é fonte de riqueza. Esta é uma segunda hipótese que pretendemos aprofundar no desdobramento futura desta pesquisa.

De todo modo, foi principalmente nos depoimentos dos reassentados que as alterações decorrentes da construção da Usina Hidroelétrica Sérgio Mota deixaram marcas na natureza e nas pessoas. Nestes depoimentos, certamente, estabeleceu-se uma marca no tempo: um antes e um depois da construção.

A contribuição da pesquisa histórica na curadoria do Museu de Memória Regional

No decorrer da pesquisa pudemos identificar dois eixos principais nas entrevistas sobre o povoamento e formação dos municípios das áreas ribeirinhas do Médio Rio Paraná. Em primeiro lugar, há um eixo econômico que acelera a ocupação humana nestas áreas e cria rotas de transporte. A ocupação

⁶⁹ MAGALHÃES, Lourival Mendes. Depoimento [12/07/2006, Presidente Epitácio/SP]. Entrevista concedida a Paula Camila Monteiro.

humana às margens do Rio Paraná aparece associada à criação de vias de comunicação para transporte de gado entre o sul do Mato Grosso e o litoral de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste processo, temos a formação de estradas boiadeiras, portos fluviais para transporte do gado ou coleta de lenhas consumidas nos navios a vapor, além dos pontos de pousada do gado e entreposto comercial. A interação da navegação com a ferrovia ampliou a circulação de pessoas, animais e mantimentos. Toda essa atividade econômica (extrativista, comercial e de transporte) terá seu auge nos anos 1950 e seu declínio na década de 1970. Todos estes ciclos econômicos são confirmados por outras fontes textuais (como memórias e crônicas locais) e algumas publicações locais. O segundo eixo forte é a migração de famílias. Toda a ocupação da região ribeirinha (principalmente a paulista) é marcada por correntes migratórias. De um lado, há relatos importantes que descrevem a presença de dezenas imigrantes europeus e asiáticos, que chegaram na década de 1930 e marcaram a ocupação das cidades ribeirinhas.

É esta interpretação histórica sobre os dois eixos da ocupação humana no Médio Rio Paraná que orientou nossa curadoria para a exposição permanente do Museu de Memória Regional, construído em 2006 no Horto Florestal, no distrito de Porto Primavera, em Rosana (SP). Direcionou a seleção de fotos mais representativas do rio Paraná, em momentos até do início da ocupação, como loteamento e ocupação para formação dos municípios. Imagens do processo de derrubada, não apenas mostrando o transporte das toras e serrarias, mas também o corte dos dormentes para a expansão da ferrovia. Seleção de imagens sobre a navegação, como uma atividade de transporte que viabilizou a ocupação humana ao longo do rio. E ao qual esteve vinculada a principal festa da região, a procissão fluvial Nossa Senhora dos Navegantes, desde a sua criação, em 1948. O deslocamento populacional merece destaque também, não apenas com imagens, mas também com objetos; tanto o processo imigratório (da Europa e Japão) quanto o migratório (no nordeste do país), que contribuíram para a ocupação da região do Oeste Paulista. Uma análise do conteúdo das entrevistas não apenas

Eduardo Romero de Oliveira

sugeriu estes eixos para a primeira exposição, quanto também são a principal fonte para a seleção de imagens, de citações para alguns painéis e informações nos textos explicativos da exposição.

Histórias de vida às margens do rio Paraná

Eduardo Romero de Oliveira

Resumo: Este texto tem por objetivo apresentar alguns resultados da pesquisa histórica sobre o povoamento das margens do Rio Paraná no século XX. Priorizaram-se 16 municípios às margens do Rio Paraná, em função do histórico de povoamento e impacto do enchimento do lago da Usina Sérgio Mota. A pesquisa utilizou o método de coleta de histórias de vida, priorizada a entrevista com antigos moradores, trabalhadores na construção da usina e reassentados. As entrevistas permitiram recolher 210 depoimentos sobre: condições humanas de ocupação; ambiente natural; vida cotidiana; práticas de trabalho rural e memória do enchimento do lago da usina. Estes resultados subsidiaram a instalação do Museu de Memória Regional (Porto Primavera, SP), com exposição sob nossa curadoria.

Palavras-chave: Povoamento; rio Paraná; oeste paulista; memória; história oral.

Abstract: This paper aims at presenting some results of the historical research about the population settlement on the banks of the Parana river in the 20th century. We selected 16 cities on the banks of the Parana River, which suffered the impacts of the creation of a lake in the Sérgio Motta dam. For the interviews, we used the methodology of biography, preferably elder inhabitants of the region, dam construction workers and farmers. The interviews collected numbered 210 and were organised according to: human conditions of occupation; natural environment; ways of rural living; the working practices; and memories resulting from the water rising up to this lake.

Key words: Settlement; Parana river, West of São Paulo State; memory; oral history.

Artigo recebido para publicação em 27/10/2008

Artigo aprovado para publicação em 22/01/2009

220 | Revista de História Regional 13(2): 113-220, Inverno, 2008